

Sem prejuízo de outra documentação de origem sectorial, como é o caso do plano de segurança e saúde em estaleiros de construção, junto se listam alguns dos elementos a disponibilizar em caso de uma inspeção efetuada pela Autoridade para as Condições de Trabalho a uma empresa ou estabelecimento.

- ✓ Registo de pessoal – artigo 127.º do Código do Trabalho;
- ✓ Recibos de retribuição e comprovativos do pagamento aos trabalhadores do mês anterior;
- ✓ Mapa de horário de trabalho atualizado (art. 215º e 216º CT);
- ✓ Mapa de férias de 2020 (art. 241.º n.º 9 do CT);
- ✓ Registo de tempos de trabalho do mês anterior – art. 202.º do Código do Trabalho;
- ✓ Contratos de trabalho a termo, em vigor (art. 140º e seguintes CT);
- ✓ Recibos de retribuição do mês anterior, assinados pelos trabalhadores ou com o comprovativo do meio de pagamento;
- ✓ Apólice de acidentes de trabalho, último recibo pago à seguradora onde conste os nomes e as retribuições das trabalhadoras enunciadas (art. 79.º da Lei n.º 98/2009);
- ✓ No caso da existência da cessação e/ou caducidade de contratos de trabalho desde 01.03.2020, exibir documentos que evidenciem tais ocorrências;
- ✓ Ficha de distribuição de EPI aos trabalhadores, considerando medidas no âmbito da Covid-19;
- ✓ Atualização da avaliação de riscos profissionais em função do contexto de pandemia, com observância no disposto no Decreto Lei n.º 84/97, de 16 de abril, dispensando-se nesta fase de pandemia, a comunicação à ACT da existência de riscos biológicos relativos ao SARS-COV 2;
- ✓ Plano de Contingência no âmbito da infeção pelo novo Corona Vírus SARS-Cov-2, agente casual da Covid-19, assim como os procedimentos a adotar perante um trabalhador com sintomas desta infeção;
- ✓ Informação relativa à forma como o Plano de Contingência e demais medidas foram comunicados aos trabalhadores da empresa, ou seja, que canais internos foram usados com vista à comunicação das medidas preventivas aos trabalhadores;
- ✓ Consulta aos trabalhadores sobre as medidas a tomar;
- ✓ Lista de medidas aprovadas e implementadas nos locais de trabalho da empresa, no sentido de garantir condições de segurança e de saúde em todos os aspetos do seu trabalho, respeitando os princípios gerais de prevenção elencados no artigo 15.º do Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho,

designadamente para garantir a distância mínima em trabalhadores e a limpeza e higienização dos equipamentos de trabalho utilizados;

- ✓ Relatório das verificações de segurança feitas aos equipamentos de trabalho na sequência do contexto da pandemia;
- ✓ Instruções de trabalho sobre higiene pessoal dos trabalhadores;
- ✓ Instruções sobre higiene e limpeza dos locais de trabalho, incluindo equipamentos de trabalho;
- ✓ Instruções sobre higiene e limpeza das instalações sociais, lavatórios em número suficiente e produtos de lavagem e secagem de mãos;
- ✓ Instruções aos trabalhadores responsáveis por procedimentos de emergência: primeiros socorros e evacuação de trabalhadores;
- ✓ Informação sobre número de trabalhadores infetados ou sob suspeita;
- ✓ Sempre que se verifiquem trabalhadores a desenvolver a sua atividade em regime presencial na empresa, deve ser apresentado justificação sobre a não adoção do regime de teletrabalho, instituído com carácter obrigatório, nos termos do artigo 8.º do Decreto n.º 2-C/2020, de 17 de abril, o qual regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretada pelo Presidente da república no Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março;

Esta lista surge da compilação de elementos fornecidos pelos nossos associados no âmbito de visitas efetuadas pela ACT, podendo ser incluídos outros documentos que o inspetor entenda que seja pertinente.